



MUNICÍPIO DE PEDRÓGÃO GRANDE

ATA Nº. 11/2014

DA

CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12 DE JUNHO DE 2014

PRESENTES:

Presidente da Câmara Municipal: VALDEMAR GOMES FERNANDES ALVES

Vereadores: ANTÓNIO DA SILVA PENA
JOSÉ ANTUNES GRAÇA
BRUNO MIGUEL ANTUNES GOMES
MARIA MARGARIDA DAVID LOPES GUEDES

HORA DE ABERTURA: 09:30

HORA DE ENCERRAMENTO: 13:45

Secretário: Chefe de Divisão Municipal – José Jesus Barreto Lopes

RESUMO DO DIÁRIO DA TESOUREARIA DO DIA 11 DE JUNHO DE 2014

Total de Disponibilidades: Operações Orçamentais: € 319.776,98; Operações não Orçamentais: € 231.105,47



MUNICÍPIO DE PEDRÓGÃO GRANDE
CÂMARA MUNICIPAL

LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Foi lida e aprovada por unanimidade a Ata N.º 10/2014, referente à Reunião de Câmara de 29/05/2014, nos termos do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.

MARCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – P.D.M. – Por proposta do Presidente da Câmara Municipal, foi aprovado por unanimidade marcar uma Reunião Extraordinária da Câmara Municipal para o dia 19/06/2014, às 16H00, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PEDRÓGÃO GRANDE.

REVOGAÇÃO DA ABERTURA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA REFERENTE AO PROPOSTO EM REUNIÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2013.

APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM E DA DATA PARA O PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PEDRÓGÃO GRANDE.

APROVAÇÃO DE DATA DE DURAÇÃO DO PERÍODO DE DISCUSSÃO DO PDM.

APROVAÇÃO DA SUSPENSÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS “GESTÃO URBANÍSTICA”, PELO PERÍODO DE 5 MESES, APÓS O INÍCIO DE DISCUSSÃO PÚBLICA.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Vereador António da Silva Pena, interveio colocando as seguintes questões:

- Pretende saber se o Presidente da Câmara Municipal tem alguma informação relativa ao encerramento das urgências do Centro de Saúde de Pedrógão Grande e se o mesmo serviço passa a ser feito no Hospital do Avelar.

- O Presidente da Câmara Municipal informou que houve uma reunião em que intervieram responsáveis da Saúde e Presidentes das Câmaras da C.M.R.L., da Zona Norte, para apreciação e discussão de uma eventual criação no Hospital do Avelar, de um atendimento de urgência de 24HOO, mas que nada está definido.

- Solicitou informação sobre a construção da E.T.A.R. de Escalos do Meio, dado que as Águas do Centro, já adquiriram um terreno para o efeito.

- O Presidente da Câmara Municipal, informou que esse assunto é da responsabilidade da Águas do Centro e que o mesmo está sinalizado no PDM.

- Solicitou informação sobre um muro suporte caído entre a povoação de Escalos do Meio e o Lagar, que está a dificultar o acesso.

- O Vice-Presidente da Câmara Municipal, informou que irá analisar o assunto no local.

- Informou que quando chove no Caminho Municipal que liga a povoação dos Escalos do Meio a Escalos Fundeiros, as águas depositam-se logo á saída do lugar o que oferece perigo para os veículos e peões, dado a regueira que existia estar obstruída.

- O Vice-Presidente da Câmara Municipal, informou que vai analisar este assunto no local.



MUNICÍPIO DE PEDRÓGÃO GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL

- Informou que teve conhecimento que o sistema de rega e o elevador do Estádio Municipal de S. Mateus, não estão a funcionar.
- O Presidente da Câmara Municipal informou que estas anomalias estão a ser resolvidas pelas respetivas Empresas, com acompanhamento dos Serviços Municipais.
- Solicitou informação acerca da limpeza dos Caminhos Florestais no Concelho devido ao flagelo dos fogos florestais.
- O Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao Vice-Presidente, que informou que estão a ser feitas limpezas na Freguesia da Graça e Vila Facaia e que na próxima semana iniciam-se na Freguesia de Pedrógão Grande.
- Relativamente ao assunto anterior, questiona se existe algum Protocolo de Fiscalização entre a Câmara Municipal e as Brigadas da G.N.R. (GIPS).
- O Presidente da Câmara Municipal informou que nunca outorgou nenhum Protocolo neste âmbito.
- Solicita informação de quando está prevista a ligação do saneamento do Vale da Manta e Tapada da Ladeira.
- O Presidente da Câmara Municipal informou que o Administrador das Águas do Centro irá deslocar-se ao Concelho para análise local de todas estas situações.
- Refere com agrado a realização no passado dia 01/06/2014, do Dia Mundial da Criança, realizado no Jardim Municipal, iniciativa que louva, pois pretende-se homenagear os futuros homens e mulheres do amanhã.
- Dado que não teve conhecimento deste evento gostaria de saber qual o papel da Câmara Municipal no mesmo.
- O Presidente da Câmara Municipal informou que este evento foi organizado pelo C.L.D.S. local.

ASSUNTOS DA CÂMARA MUNICIPAL

PRAIA FLUVIAL DO MOSTEIRO - RESCISÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO (ASSUNTO TRATADO NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 29/05/2014): A Câmara Municipal tomou conhecimento da rescisão do contrato por parte da concessionária, Dora Miguel de Carvalho Luís, bem como da conferência do inventário existente e da entrega das chaves.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PEDRÓGÃO GRANDE - PROPOSTA DE NOVA DATA PARA O PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA - SUSPENSÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DE "GESTÃO URBANÍSTICA", DURANTE O PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA: Este assunto foi retirado da Ordem do Dia, dado a Reunião Extraordinária que se irá realizar no dia 19/06/2014.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

PEDIDO DE APOIO À ATIVIDADE REGULAR - CORPO NACIONAL DE ESCUTAS - AGRUPAMENTO 1193: Presente ofício do Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 1193, solicitando apoio de natureza financeira à atividade regular e também apoio à aquisição e manutenção de equipamentos, viaturas para o ano de 2014, no montante de 10.000,00€, nos termos do Regulamento de Apoio ao Associativismo, instruído de



MUNICÍPIO DE PEDRÓGÃO GRANDE
CÂMARA MUNICIPAL

acordo com a Informação da Divisão Administrativa e Financeira que aqui se dá por integralmente transcrita.

Nestes termos a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:

1-Aprovar o montante anual de € 400,00 (Quatrocentos euros) para Apoio de Natureza Financeira à Atividade Regular.

2- Aprovar o valor de 600,00 (Seiscentos euros), para obras de conservação na sede.

3- Relativamente a outros apoios, o assunto será analisado caso a caso, com a apresentação dos respetivos documentos.

4-Dar poderes ao Presidente da Câmara Municipal para formalizar e outorgar o respetivo Protocolo nos termos do Art.º 28 do Regulamento de Apoio ao Associativismo.

O processo irá ser remetido à Divisão Administrativa e Financeira, para efeitos de cabimentação e compromisso nos termos legais.

A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.

PEDIDO DE APOIO À ATIVIDADE REGULAR - ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS, CULTURA E RECREIO DERREADA CIMEIRA: Presente ofício da Associação de Melhoramentos, Cultura e Recreio de Derreada Cimeira, solicitando apoio de natureza financeira à atividade regular, para o ano de 2014, no montante de 922,75€, nos termos do Regulamento de Apoio ao Associativismo, instruído de acordo com a Informação da Divisão Administrativa e Financeira que aqui se dá por integralmente transcrita.

Nestes termos a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:

1- Aprovar o montante anual de € 922,75. (Novecentos e vinte e dois euros e setenta e cinco cêntimos) para Apoio de Natureza Financeira à Atividade Regular.

2- Dar poderes ao Presidente da Câmara Municipal para formalizar e outorgar o respetivo Protocolo nos termos do Art.º 28 do Regulamento de Apoio ao Associativismo.

O processo irá ser remetido à Divisão Administrativa e Financeira, para efeitos de cabimentação e compromisso nos termos legais.

A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.

PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - AQUISIÇÃO DE SPOTS PUBLICITÁRIOS: De acordo com o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, referente ao assunto supra mencionado, e tratando-se de uma aquisição de serviços, cumpre informar o seguinte:

1. A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2014 (LOE 2014), determina no seu n.º 4 do artigo 73.º, para o ano de 2014, que a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços celebrados por órgão e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito da aplicação da Lei n.º 12-A/ 2008, de 27 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável da área das Finanças, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença e contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.
2. Por sua vez, o n.º 11 do artigo 73.º da LOE 2014 mencionada, determina também que o parecer acima referido, nas autarquias locais, é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 5, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida



MUNICÍPIO DE PEDRÓGÃO GRANDE
CÂMARA MUNICIPAL

3. no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.
4. O pedido de parecer é instruído com a verificação dos seguintes elementos enunciados no n.º 5 do artigo 73.º da LOE 2014, e n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 53/2014, de 3 de março:
 - a) Descrição do contrato e seu objeto;
 - b) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade jurídica de emprego público constituída ou a constituir;
 - c) Inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
 - d) Declaração de cabimento orçamental;
 - e) Verificação do cumprimento da redução remuneratória;
 - f) Identificação e fundamentação da escolha do procedimento;
 - g) Identificação da contraparte.

Face ao exposto, apresenta-se a seguinte informação para proposta de emissão de parecer prévio vinculativo:

Tendo em apreço o estipulado no n.º 5 do artigo 73.º da LOE 2014, conjugado com o disposto no n.º 2, do artigo 3.º da Portaria n.º 53/2014, de 3 de março, o pedido de parecer é instruído com os seguintes elementos:

1. Descrição do contrato e seu objeto: o presente procedimento consiste na aquisição de serviço para transmissão de 600 spots publicitários para divulgação conforme planeamento da Câmara Municipal.
2. Face aos pressupostos contratuais e da natureza do próprio contrato, a presente aquisição de serviços reveste a natureza de trabalho não subordinado, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços inerentes ao presente procedimento, visto que se trata de trabalho prestado com autonomia, não sujeito à disciplina e à direção do contratante, e sem imposição de horário de trabalho;
3. Inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa: conforme o disposto no n.º 1 e 2 do artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, conjugado com o artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, foi solicitado ao INA, previamente ao início deste procedimento, a verificação da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, em 22 de maio de 2014, ficando registado com o n.º de pedido 2645. Em 26 de maio, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação com o perfil identificado, conforme documentação em anexo.
4. Verificação do cumprimento da redução remuneratória: em cumprimento com o disposto no n.º 1 do artigo 73.º da LOE 2014, e nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma, o preço base máximo admitido para a prestação dos serviços em causa será sujeito à redução remuneratória, por se verificar o disposto no n.º 1 do artigo 73.º da LOE, bem como o n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma.



MUNICÍPIO DE PEDRÓGÃO GRANDE
CÂMARA MUNICIPAL

Proposta		Objeto do contrato			Redução			Valor a adjudicar s/ IVA
Data	N.º		s/ IVA	Acumulado	Aplicação	Montante	Taxa	
	DC0006-2014	Spots publicitários	1.560,00	1.560,00	sim	138,06	8,85%	1.421,94

5. Declaração de confirmação de cabimento orçamental: encontra-se cabimentado o valor máximo da despesa a realizar no ano de 2014, de 1.421,94 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, existindo, como tal, dotação orçamental que possibilite a celebração do contrato de aquisição de serviços em apreço, conforme informação de cabimento anexo;
6. Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato: tendo como referência o preço base, no valor de 1.421,94 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, irá ser adotado o procedimento de Ajuste Direto – Regime Simplificado, nos termos do artigo 128.º e 129.º do Código dos Contratos Públicos;
7. Identificação da contraparte: pretende-se convidar a apresentar proposta a entidade Associação Cultural e Recreativa Rádio Condestável.
A Câmara municipal deliberou por unanimidade emitir parecer favorável quanto ao presente procedimento, em conformidade com o artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2014.
A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.

TRILHOS DO ZÊZERE - FÉRIAS DESPORTIVAS: Presente proposta datada de 15/05/2014, para a realização das Férias Desportivas de 01 de Julho a 31 de Agosto de 2014 (Dias úteis) com o valor estimado de 8.536,00 (Oito mil, quinhentos e trinta e seis euros), acrescidos de IVA à taxa em vigor.

De acordo com o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, referente ao assunto supra mencionado, e tratando-se de uma aquisição de serviços, cumpre informar o seguinte:

1. A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2014 (LOE 2014), determina no seu n.º 4 do artigo 73.º, para o ano de 2014, que a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços celebrados por órgão e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito da aplicação da Lei n.º 12-A/ 2008, de 27 de fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável da área das Finanças, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença e contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.
2. Por sua vez, o n.º 11 do artigo 73.º da LOE 2014 mencionada, determina também que o parecer acima referido, nas autarquias locais, é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 5, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, e 66/2012, de 31 de dezembro.
3. O pedido de parecer é instruído com a verificação dos seguintes elementos enunciados no n.º 5 do artigo 73.º da LOE 2014, e n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 53/2014, de 3 de março:



MUNICÍPIO DE PEDRÓGÃO GRANDE
CÂMARA MUNICIPAL

- a) Descrição do contrato e seu objeto;
- b) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade jurídica de emprego público constituída ou a constituir;
- c) Inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- d) Declaração de cabimento orçamental;
- e) Verificação do cumprimento da redução remuneratória;
- f) Identificação e fundamentação da escolha do procedimento;
- g) Identificação da contraparte.

Face ao exposto, apresenta-se a seguinte informação para proposta de emissão de parecer prévio vinculativo:

Tendo em apreço o estipulado no n.º 5 do artigo 73.º da LOE 2014, conjugado com o disposto no n.º 2, do artigo 3.º da Portaria n.º 53/2014, de 3 de março, o pedido de parecer é instruído com os seguintes elementos:

1. Descrição do contrato e seu objeto: o presente procedimento consiste na aquisição de serviço para a realização das férias desportivas 2014, englobando atividades náuticas, atividades com corda, atividades lúdico-dinâmicas, atividades aventura e atividades de enriquecimento social.
2. Face aos pressupostos contratuais e da natureza do próprio contrato, a presente aquisição de serviços reveste a natureza de trabalho não subordinado, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços inerentes ao presente procedimento, visto que se trata de trabalho prestado com autonomia, não sujeito à disciplina e à direção do contratante, e sem imposição de horário de trabalho;
3. Inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa: conforme o disposto no n.º 1 e 2 do artigo 24.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, conjugado com o artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, foi solicitado ao INA, previamente ao início deste procedimento, a verificação da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, em 23 de maio de 2014, ficando registado com o n.º de pedido 2797, respondendo que não existem trabalhadores em situação de requalificação com o perfil identificado, conforme documentação em anexo.
4. Verificação do cumprimento da redução remuneratória: em cumprimento com o disposto no n.º 1 do artigo 73.º da LOE 2014, e nos termos do artigo 33.º do mesmo diploma, o preço base máximo admitido para a prestação dos serviços em causa será sujeito à redução remuneratória, por se verificar o disposto no n.º 3 do artigo 73.º da LOE, bem como o n.º 1 e 2 do artigo 33.º do mesmo diploma.

Proposta		Objeto do contrato			Redução			Valor a adjudicar s/ IVA
Data	N.º		s/ IVA	Acumulado	Aplicação	Montante	Taxa	
15-05-2014	11/FD/2014	Férias Desportivas 2014	9.700,00	14.922,00	sim	1.164,00	12,00%	8.536,00



MUNICÍPIO DE PEDRÓGÃO GRANDE
CÂMARA MUNICIPAL

5. Declaração de confirmação de cabimento orçamental: encontra-se cabimentado o valor máximo da despesa a realizar no ano de 2014, de 8.536,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, existindo, como tal, dotação orçamental que possibilite a celebração do contrato de aquisição de serviços em apreço, conforme informação de cabimento anexo;
6. Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato: tendo como referência o preço base, no valor de 8.536,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, irá ser adotado o procedimento de Ajuste Direto – Regime Geral, nos termos do artigo 114.º a 127.º do Código dos Contratos Públicos;
7. Identificação da contraparte: pretende-se convidar a apresentar proposta a entidade Trilhos do Zêzere, Lda.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer favorável quanto ao presente procedimento, em conformidade com o artigo 73.º da Lei n.º83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2014.

Mais foi deliberado aprovar o respetivo Regulamento que aqui se dá por integralmente transcrito.

A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.

PEDRÓGÃO FASHION 2014: Presente comunicação interna do Animador Sócio-Cultural, enviando para apreciação a previsão de custos do referido evento que se prevê ser no valor de 5.892,00 (Cinco mil, oitocentos e noventa e dois euros), a realizar em 14 de Junho de 2014.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar o referido evento, bem como os respetivos custos.

A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.

Cabimentação de Verba: Junto ao processo encontra-se uma informação de cabimento emitida em 04/06/2014, pela Divisão Administrativa e Financeira.

INFORMAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO DE 22/05/2014 A 04/06/2014: A Câmara Municipal tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no referido período que totalizam a importância de € 314.226,23 (Trezentos e catorze mil, duzentos e vinte e seis euros e vinte e três cêntimos).

**DIVISÃO DE URBANISMO, PLANEAMENTO, OBRAS MUNICIPAIS, SERVIÇOS
URBANOS E AMBIENTE**

DISCOTECA - " VINTAGE CLUB" - SOFIA E CRISTINA - ATIVIDADES DE CAFETARIA, LDA: Presente comunicação datada de 26/05/2014, solicitando o alargamento de horário de funcionamento da referida Discoteca, situada na Av.ª 25 de Abril, até às 6H00.

A Câmara Municipal analisou o pedido e deliberou por unanimidade autorizar o mesmo nos termos do Regulamento Municipal de Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços.

A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.



MUNICÍPIO DE PEDRÓGÃO GRANDE
CÂMARA MUNICIPAL

OBRAS PÚBLICAS

EMPREITADA - "AMPLIAÇÃO E REPARAÇÃO DA REDE DE ESGOTOS - LIGAÇÃO DA URBANIZAÇÃO DO CARATÃO À ETAR" - AUTO DE VISTORIA PARA EFEITOS DE RECEÇÃO PROVISÓRIA (Art.º 394.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro): Presente o Auto de Vistoria que a seguir se transcreve:

“----- Aos trinta dias do mês de Maio do ano dois mil e Catorze, compareceram no local em que executaram os trabalhos da obra supra na freguesia e concelho de Pedrógão Grande, o Sr. **Eng. António Armindo da Costa Dias da Silva, Domingos Manuel Conceição Coelho** representantes da Câmara Municipal supra e a **Eng.ª Ana Paulo David Antunes Lourenço** como representante do empreiteiro Joaquim Rodrigues da Silva e Filhos, Lda., que constituem a Comissão de Vistoria a fim, de em conjunto, se proceder à vistoria técnica da obra, cujo início teve lugar em 22 de Março de 2013, com vista à receção provisória.-----
Tendo sido examinado toda a obra verifica-se que a empreitada acima referenciada apresenta as seguintes anomalias:-----

- **ANOMALIAS DETETADAS:**

- ❖ **ABATIMENTO DE PAVIMENTOS:**

- Acesso à ETAR – Sra. Dos Milagres;
 - Acesso antes da ponte do lado Direito Sra. dos Milagres;

- ❖ Abatimento de passeio junto à casa na urbanização do Caratão;
 - ❖ Reparação dos lancis na urbanização do Caratão;
 - ❖ Limpeza de materiais da obra na urbanização do Caratão.

----- Tendo-se verificado que a empreitada apresenta alguns trabalhos dependentes de entidades externas, a fiscalização propõe que se conceda **o prazo de 30 dias** ao empreiteiro para a resolução destas.-----

----- Nada mais havendo a tratar, foi lavrado o presente auto de vistoria, em cumprimento do disposto do Art.º 394º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que depois de lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelos referidos membros da Comissão pela ordem que foram mencionados. ----- ”

A Câmara Municipal aprovou por maioria o referido auto, com os votos a favor do Presidente da Câmara Municipal, Vereadores José Antunes Graça e Bruno Miguel Antunes Gomes.

Os Vereadores António da Silva Pena e Maria Margarida David Lopes Guedes, votaram contra, por não terem conhecimento de todos os elementos do processo, para análise e apreciação.

A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.

URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO

RELAÇÃO DOS PROCESSOS DE OBRAS DESPACHADOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 21/05/2014 a 06/06/2014: Presentes vinte processos de obras despachados pelo Presidente da Câmara Municipal no período antes referido.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.



MUNICÍPIO DE PEDRÓGÃO GRANDE
CÂMARA MUNICIPAL

**RELAÇÃO DE PROCESSOS DE OBRAS REMETIDOS PARA DISCUSSÃO E
DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL**

PROCESSO N.º 121/2014 - Apresentado por **Igor Rafael Simões Caetano**, na qualidade de promitente-comprador, residente em Derreada Cimeira, solicitando Pedido de Informação Prévia - Construção de Habitação Unifamiliar, anexos para garagem e arrumos e muros de vedação com a via pública, sito em Valado - Pedrógão Grande.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a pretensão do requerente, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos (fl.s 15 e 16) e demais legislação em vigor aplicável.

A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.

PROCESSO N.º 127/2014 - Apresentado por **Gary William Du Toit**, na qualidade de proprietário, residente em Pesos Fundeiros, solicitando Pedido de Informação Prévia - Construção para Moradia Unifamiliar, sito em Barroquilo - Ouzenda - Pedrógão Grande.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a pretensão do requerente, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos (fl.s 24 e 25) e demais legislação em vigor aplicável.

A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.

PROCESSO N.º 128/2014 - Apresentado por **Aníbal David Tomaz Henriques**, na qualidade de proprietário, residente em Rua dos Castanheiros, n.º 10 Pedrógão Grande, solicitando Pedido de Informação Prévia - Construção de Edifício Habitacional, sito em Vale da Rede - Valongo - Pedrógão Grande.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a pretensão do requerente, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos (fl.s 18 e 19) e demais legislação em vigor aplicável.

A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.

PROCESSO N.º 135/2008 - Apresentado por **Bertram Clemens Hipp**, na qualidade de proprietário, residente em Vale da Neta - Pedrógão Grande, solicitando Alteração de Moradia Unifamiliar - Alterações durante a execução da obra, sito em Vales - Pedrógão Grande.

Presente a informação dos Serviços Técnicos e de acordo com a proposta apresentada a Câmara Municipal deliberou por unanimidade manifestar a intenção de **indeferimento** no processo n.º 135/2008, nos termos propostos, devendo para o efeito proceder-se à notificação do interessado nos termos do art.º 101.º do CPA, para em 10 dias se pronunciar, querendo em sede de audiência prévia. Findado o prazo concedido, sem que o interessado se pronuncie por escrito, considera-se indeferido o pedido.

Mais foi deliberado por unanimidade manifestar a intenção de **declarar a caducidade** no processo n.º 135/2008, devendo para o efeito proceder-se à notificação do interessado nos termos do artigo 71.º, n.º 5 do Decreto-lei n.º 555/99 de 19 de dezembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 26/2010 de 30 de março e art.º 101.º do CPA, para em 10 dias se pronunciar, querendo em sede de audiência prévia. Findado o prazo concedido, sem que o interessado se pronuncie por escrito, o presente processo considera-se caducado e será arquivado.

A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.



MUNICÍPIO DE PEDRÓGÃO GRANDE
CÂMARA MUNICIPAL

PROCESSO N.º 158/2008 - Apresentado por **Bertram Clemens Hipp**, na qualidade de proprietário, residente em Vale da Neta - Pedrógão Grande, solicitando Aprovação de Projeto de Arquitetura - Alteração ao Projeto de Construção de Habitação Unifamiliar, sito em Vale da Neta - Pedrógão Grande.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a pretensão do requerente, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos (fl.s 393 e 394) e demais legislação em vigor aplicável.

A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.

PROCESSO N.º 215/2008 - Apresentado por **Bertram Clemens Hipp**, na qualidade de proprietário, residente em Vale da Neta - Pedrógão Grande, solicitando Aprovação de Projeto de Arquitetura - Ampliação de Moradia Unifamiliar, sito em Vales - Pedrógão Grande.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a pretensão do requerente, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos (fl.s 353) e demais legislação em vigor aplicável.

A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.

PROCESSO N.º 98/2014- Apresentado por **Vitor Manuel da Conceição Fernandes**, na qualidade de proprietário, residente em Rua Joaquim Antunes, 40 - Pesos Fundeiros, solicitando Aprovação de Projeto de Arquitetura - Legalização de Imóvel Habitacional, sito em Rua da Alegria - Pesos Fundeiros - Pedrógão Grande.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a pretensão do requerente, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos (fl.s 63 e 64) e demais legislação em vigor aplicável.

A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.

PROCESSO N.º 111/2014- Apresentado por **Priska Gestrud Michel**, na qualidade de proprietária, residente na Rua dos Antunes, n.º 63 - Romão, solicitando Aprovação de Projeto de Arquitetura - Reconstrução de Imóvel Habitacional, sito em Romão - Pedrógão Grande.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a pretensão do requerente, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos (fl.s 68, 69, 70 e 71) e demais legislação em vigor aplicável.

A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.

PROCESSO N.º 118/2014- Apresentado por **Junta de Freguesia da Graça**, na qualidade de proprietária, com sede em Rua do Jornal Voz da Graça n.º 62 - Graça, solicitando Pedido de Licenciamento de Churrasqueira do Parque de Merendas da Bouça, sito em Parque de Merendas da Bouça - Pedrógão Grande.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a pretensão do requerente, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos (fl.s 08) e demais legislação em vigor aplicável.

A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.



MUNICÍPIO DE PEDRÓGÃO GRANDE
CÂMARA MUNICIPAL

PROCESSO N.º 122/2014- Apresentado por **Orlando Batista Serra Rosa, Pedro Miguel Coelho Serra e Sara Raquel Coelho Serra**, na qualidade de proprietários, residentes em Av.^a Dom Dinis, n.º 100 - 2.º dt.º Frente - Odivelas, solicitando Aprovação do Projeto de Arquitetura - Reconstrução e Ampliação de Imóvel Habitacional, sito em Covais - Graça.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a pretensão do requerente, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos (fl.s 71 e 72) e demais legislação em vigor aplicável.

A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.

PROCESSO N.º 123/2014- Apresentado por **Orlando Batista Serra Rosa, Pedro Miguel Coelho Serra e Sara Raquel Coelho Serra**, na qualidade de proprietários, residentes em Av.^a Dom Dinis, n.º 100 - 2.º dt.º Frente - Odivelas, solicitando Aprovação do Projeto de Arquitetura - Alteração de Imóvel Habitacional, sito em Covais - Graça.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a pretensão do requerente, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos (fl.s 70 e 71) e demais legislação em vigor aplicável.

A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.

PROCESSO N.º 129/2014- Apresentado por **João Mendes da Silva**, na qualidade de proprietário residente em Testeiras de Altardo - Graça, solicitando Aprovação do Projeto de Arquitetura - Construção de muro de vedação e de suporte de terras, sito em Testeiras de Altardo - Graça.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a pretensão do requerente, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos (fl.s 26) e demais legislação em vigor aplicável.

A presente deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos.

Nada mais havendo a tratar, foi pelo Presidente da Câmara Municipal, encerrada a reunião pelas 13:45 tendo eu, _____ **José Jesus Barreto Lopes, Chefe de Divisão Municipal**, exarado a presente ata que depois de lida vai ser assinada.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Valdemar Gomes Fernandes Alves)

OS VEREADORES

(José Antunes Graça)

(Bruno Miguel Antunes Gomes)